

CIES e-WORKING PAPER Nº 39/2008

**«Eu gosto muito do meu filho mas...»
Parentalidades entre o desejo e a realidade**

ANA CRISTINA MARQUES

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Ana Cristina Marques é antropóloga; investigadora do CIES-ISCTE e doutoranda do Programa de Doutoramento em Sociologia do ISCTE. Está a desenvolver trabalho na área da conciliação entre trabalho e família. Tem especial interesse nas áreas da família, do género, da sexualidade e da juventude. E-mail: ana.c.marques@iscte.pt

Resumo

As profundas transformações sociais ocorridas na Europa levam à existência de novas definições e novos moldes da relação entre trabalho e família, que apontam para a existência de uma maior igualdade de género e de uma maior participação do homem na família. No entanto, coexistem práticas tradicionais relativas aos papéis de género, que levam a maior parte das mulheres a assumir a realização das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças.

A partir da análise de entrevistas aprofundadas realizadas em Lisboa, no Porto e em Leiria, a casais com diferentes durações de casamento e diferentes pertenças sociais, procura-se incidir sobre os significados que a parentalidade adquire, para homens e mulheres. Entre outros aspectos, analisa-se as alterações ocorridas com o nascimento dos filhos, o significado do ser-se pai e mãe, a educação dos filhos, os conflitos ou as preocupações que estes trazem.

Palavras-chave: maternidade, paternidade; o nascimento dos filhos; interferência, conflitos e preocupações na/com educação das crianças

Abstract

The profound social changes that have been taking place in Europe have led to new definitions and new forms of the work-family relationship that point towards greater gender equality and greater participation in the family by men. However, coexisting with these transformations are traditional gender-role practices that lead most women to accept responsibility for household chores and childcare.

On the basis of an analysis of in-depth interviews held in Lisbon, Oporto and Leiria with couples from different social backgrounds and with marriages of differing lengths of time, an attempt is made to focus on the meanings that parenthood acquires for men and women. Among other aspects, an analysis is carried out of the changes arising since the birth of the children, the meaning of being a father or mother, the children's upbringing, and the conflicts and worries that they occasion.

Keywords: maternity, paternity; the birth of children; interference, conflicts and worries in/with bringing up children

Introdução¹

A parentalidade é considerada como algo de maravilhoso, sendo uma fonte de gratificação e de enaltecimento da identidade tanto para os indivíduos como para o casal. Contudo, tanto os homens como as mulheres referem a existência de dificuldades na parentalidade: o aumento das responsabilidades, do trabalho e das preocupações; os problemas financeiros. A parentalidade aparece, assim, para muitos dos entrevistados, como algo de ambíguo e cheio de contradições.

São então os significados da parentalidade para homens e mulheres, a viver em casal, em diferentes momentos do seu ciclo de vida e de diferentes contextos sociais, que se pretende analisar. Procurar-se-á aprofundar o sentido das transformações que se têm vindo a sentir no domínio da família, e, mais especificamente, da parentalidade, assim como o impacto que esta tem na vida dos indivíduos e do casal. Pretende-se, também, olhar um pouco para a organização da parentalidade: saber quem interfere mais na educação das crianças, se esta provoca algum tipo de conflitos e quais as principais preocupações dos pais quanto aos seus filhos.

Para tal utilizam-se os dados retirados de entrevistas em profundidade, realizadas a casais com filhos, de diferentes durações de casamento, com diferentes situações sociais e pertencentes a diferentes regiões: Porto, Leiria, Lisboa. Estas entrevistas enquadram-se num conjunto de trabalhos realizados sobre a conciliação entre trabalho e família².

Numa primeira parte, começa por se olhar para o modo como a família, a criança e a paternidade e a maternidade têm sido analisadas em diversas pesquisas, para depois se passar a reflectir sobre os resultados das entrevistas.

¹ Este *working paper* teve por base uma comunicação apresentada na sessão: “Conjugalidade e parentalidade: contrastes e continuidades em Portugal” do Seminário *Amar e Trabalhar na Europa*, organizado pelo CIES-ISCTE, que decorreu nos dias 14 e 15 de Fevereiro de 2008.

² Projectos de investigação coordenados pela Prof. Doutora Anália Torres: “Contexto conjugal e divisão do trabalho entre homens e mulheres” (PIHM/SOC/P/15109/99), que decorreu entre 2002 e 2004, e “Trabalho, família, igualdade de género e políticas sociais” (POCI/SOC/59932/2004), que teve início em 2005 e cuja conclusão está prevista para 2008, ambos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

1. Os Significados da Parentalidade

1.1. A importância da família e a centralidade das crianças

A família é um aspecto central na vida dos indivíduos. Por toda a Europa, esta constitui a principal esfera de investimento pessoal (Torres et al., 2006). Homens e mulheres consideram que a dimensão familiar é a mais importante das suas vidas. Assim, ao contrário da existência de uma crise anunciada, a família é antes investida de novos sentimentos, passando a representar um lugar de “afirmação e manutenção da liberdade individual”, espaço de “plena realização afectiva (idem: p. 138).

Ao nível das representações, a família é, em Portugal, percebida como uma “esfera prioritária de investimento e dedicações individuais, com um domínio absoluto sobre as restantes esferas de actividade do indivíduo” (Almeida, A. N. e Guerreiro, 1993: p. 182). Os resultados do European Values Study de 1999 mostram que, para 84% dos portugueses, a família é considerada como um aspecto de maior relevo (Almeida, A.N., 2003). A família biparental é considerada como tendo uma forte importância no desenvolvimento “feliz” da criança, porém começa a existir alguma aceitação dos modelos monoparentais. (A. N. Almeida et al, 1993; A. N. Almeida, 2003).

Existe também uma forte percentagem de portugueses que consideram que as mulheres realmente desejam ter um lar e serem mães, expressando a opinião que ser dona de casa é tão compensador como ter um emprego. Não deixam, no entanto, de dizer que uma mãe profissionalmente activa pode ter uma relação tão afectuosa com os filhos como uma mãe doméstica, embora representem a criança como sofrendo menos se tiver uma mãe doméstica (situação que pode estar associada com a elevada representatividade de mulheres que trabalham a tempo inteiro, com uma sobrecarga de horário de trabalho, ao mesmo tempo em que existem condições deficitárias de guarda das crianças em Portugal). Uma das representações sociais mais fortemente difundida no nosso país é a da maternidade como papel social por excelência a ser desempenhado pelas mulheres. Ora, mesmo aceitando a sua presença em actividades profissionais, existe a ideia que a função de mãe se encontra em primeiro lugar e que é na maternidade que as mulheres mais se podem realizar; isto é, “...a maternidade é, para um amplo conjunto da população portuguesa, condição de feminilidade” (A. N. Almeida e Guerreiro, 1993: p. 212). É também muito significativo o número de indivíduos que

consideram que os homens também só se sentem realizados se tiverem filhos³. Deste modo a paternidade é “considerada como um elemento relevante na construção da identidade masculina” (idem: p. 62)⁴.

A importância da parentalidade na vida dos indivíduos é explicada por Beck e Beck-Gernsheim (1995) em face dos processos de individualização. Assim, segundo os autores, num mundo de industrialização tardia as pessoas são treinadas para se comportarem de forma racional, para serem eficientes, rápidas, disciplinadas e bem sucedidas. Uma criança representa o oposto de todas estas características, o que faz com que esta se torne tão apelativa. A parentalidade ajuda a redescobrir sentimentos como a paciência, o afecto, a calma ou a sensibilidade. Neste sentido, ter uma criança traz um novo significado à vida dos indivíduos, podendo mesmo tornar-se no centro da sua existência. A criança é, então, numa fonte de grande alegria, trazendo novos significados e objectivos à vida dos pais, fornecendo-lhes uma “âncora emocional” (Beck e Beck-Gernsheim, 1995: p. 127).

Os filhos têm, assim, um lugar central na família contemporânea, representado para os pais, uma fonte de gratificação pessoal (Cunha, 2007). A centralidade da criança na família contemporânea assenta na importância que esta assume para os pais como fonte de “identidade socialmente valorizada e enquanto projecto de auto-realização (idem: p. 104). Nas famílias portuguesas, o lugar dos filhos expressa, sobretudo, a importância que a maternidade e a paternidade detém na construção de uma identidade social positiva para o indivíduo; na representação da criança enquanto agente fundador da família; e na esperança de mobilidade ascendente, que é projectada na biografia dos filhos. A função afectiva da criança, transposta no desejo de “estabelecer um laço sólido e gratificante” (idem: p. 106) é a principal razão para expressa para a vontade de ter

³ Segundo o European Values Study, realizado em 1999, 68% dos inquiridos portugueses concordam com a afirmação de que uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada; sendo que 60% concorda com a ideia de que os pais só sentem realizados se tiverem filhos. Entre os indivíduos que mais defendem esta “parentalização da identidade” (A. N. Almeida, 2003: 62), masculina e feminina, encontram-se sobrerrepresentadas as mulheres, os indivíduos com idade superior aos 41 anos, os indivíduos que vivem em conjugalidade, os reformados e as domésticas, os trabalhadores agrícolas, os operários e os trabalhadores não qualificados, os detentores de menores rendimentos, os residentes na região norte.

⁴ Contudo, apesar de não deixar de ser uma fracção mais minoritária da sociedade portuguesa, existem indivíduos que discordam destes pressupostos. Entres estes encontram-se geralmente os sujeitos pertencentes a classes médias urbanas do sul do país, homens, mais novos, que não vivem em conjugalidade ou que vivem em união de facto, os indivíduos sem filhos ou só com um, com maiores percursos escolares, activos trabalhadores por conta de outrem ou estudantes, empregados administrativos ou do comércio, profissões intelectuais e científicas, detentores de rendimentos mais elevados, moradores nos maiores aglomerados, residentes em Lisboa ou Vale do Tejo e Alentejo, com rara ou numa prática religiosa (A. N. Almeida, 2003).

filhos. O laço entre pais e filhos é entendido como “ímpar, indissolúvel e recíproco: o amor único e incondicional dos pais tem naturalmente como espelho o amor único e incondicional dos filhos” (idem).

1.2. A origem da família moderna – uma breve abordagem

Segundo Philip Ariés (1968, in Saraceno, 1997), na origem da família moderna, como âmbito privilegiado de afectividade, encontra-se no processo de privatização da família, ou seja, na sua progressiva retirada do espaço e acções públicas, levada a cabo devido à afirmação do estado moderno.

A mãe é uma figura central deste projecto educativo, que faz os filhos ocupar um novo lugar na família e nas estratégias familiares. “Também a maternidade, como modelo cultural e como centro da identidade social e familiar feminina, é efectivamente um produto deste novo modelo de família dos sentimentos e da educação.” (Saraceno, 1997: p. 132). A família moderna, enquanto família de sentimentos e educação, nasce em torno das figuras da mãe e da criança, assimétricas e interdependentes, em torno de um espaço que cada vez mais as circunscreve: o espaço doméstico – familiar.

A mulher é então identificada como mãe no sentido biológico e em termos afectivos e educativos, exprimindo, assim, a nova atenção e responsabilidade familiar para com as crianças. Responsabilidade e actividade que “... por sua vez especificam e circunscrevem cada vez mais tanto o papel familiar como social das mulheres nas classes burguesas.” (idem). A mãe é vista ao mesmo tempo como educadora e sujeito a educar na vocação autêntica e natural, por parte de moralistas, sacerdotes e maridos (idem). Este interesse de controlo médico, e o aparecimento de especialistas que se interessam por uma nova personagem - a criança, com necessidades médicas e psicológicas específicas, desenvolve-se simultaneamente com políticas do estado. A criança torna-se um bem nacional que é necessário proteger (Segalen, 1999).

Todo este processo é acompanhado pelas mudanças existentes ao nível da contracepção. Assim, a primeira revolução contraceptiva teve fortes implicações, ao conduzir a mudanças afectivas na família, com uma maior atenção pela educação dos filhos e valorização do casal. Já a segunda revolução contraceptiva, acompanhando uma tendência prévia de declínio de fecundidade, introduz novos significados em relação à procriação (Saraceno, 1997). Esta segunda revolução contraceptiva, diferente por ser

médica, mais eficaz, e feminina (atribuindo às mulheres o maior controlo da procriação), transforma o facto de ter filhos numa opção, no fruto de uma vontade deliberada, através da separação que efectua entre procriação e sexualidade. A par desta separação aparecem novos valores sobre a sexualidade, a conjugalidade, a procriação e o lugar da criança na família, que concorrem para a tendência da diminuição da fecundidade, situada em vários países, na tendência para as famílias de dois filhos, e para o aparecimento de novas formas parentais (ou melhor, para o seu reaparecimento, como uma continuidade de valores e contextos tradicionais existentes, ou como portadores novos valores e significados, conectados com ideais mais modernistas), que não significam, no entanto, a recusa de ter filhos.

Ora, desde 1960, tem-se vindo a assistir em Portugal a uma queda abrupta da fecundidade feminina, (A. N. Almeida et al, 2002). É neste quadro, que em 2005, a idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho se situava nos 27,8 anos (INE, 2006), tendo sido de 25,05 anos, em 1960, de 24,70, em 1990 (Ferreira et al, 2006), e de 26,5, em 2000 (INE, 2006). Tem-se assim verificado um adiamento contínuo, desde a década de 90 e após um período de uma certa estabilidade, da entrada na maternidade (Cunha, 2007).

1.3. As transformações na família: a família “relacional”

Nos últimos anos, ocorreram, em todos os países europeus, mudanças directa ou directamente relacionados com a família, como a descida da taxa da natalidade e da nupcialidade, o aumento do divórcio, da coabitação, dos nascimentos fora do casamento, do número de pessoas a viverem sós, da esperança de vida e da taxa de actividade feminina (Thery, 1998; Almeida et al, 1998, 2002; Torres et al, 2006; Cunha, 2007), que vão no sentido de uma sentimentalização, privatização, secularização e individualização das famílias, tornando os modos de viver em família mais plurais e diversos (Torres et al, 2006). Neste contexto assiste-se a uma maior importância atribuída à dimensão afectiva, no sentido de uma maior realização e bem-estar pessoal, no contexto familiar, assim como a uma maior igualdade entre os sexos, mas sem que a ideia de ter filhos seja recusada (idem).

A família moderna é intencionalmente restrita, afectiva e educadora (Cunha, 2007), sendo estruturada de forma a ajudar o indivíduo a construir-se através das suas

relações (Singly, 1996). Actualmente, a família tem a função de procurar consolidar a identidade dos adultos e das crianças. O novo objectivo da educação dos pais passa a ser ajudar a revelar a identidade escondida da criança, com uma atenção constante e com um meio ambiente estável, e a igualdade de tratamento entre crianças. O centro de competência educativa contemporânea é o de reconhecer as verdadeiras necessidades das crianças. Estas devem ser orientadas para se exprimir num domínio que lhe permita desenvolver um eu positivo. A criança deve ser ela mesma e deve conseguir um pleno equilíbrio e o desabrochar da sua personalidade (Singly, 1996).

É assim, que vemos surgir um “novo pacto de filiação” (Théry, 1998), traduzido por uma nova forma de personalização e sentimentalização dos laços entre pais e filhos. A criança tornou-se, nos dias de hoje, “um bem raro e durável, um capital, um investimento, e o imperativo da qualidade substitui-se ao valor da quantidade” (idem: p. 36). Ao tornar-se pessoal e afectivo, o laço de afiliação torna-se também um laço incondicional. Passa a existir o dever de amar, cuidar e proteger a criança em todas as circunstâncias (Théry, 1998).

Contudo, nos nossos dias, tende a existir uma desarticulação entre projecto conjugal e projecto parental. Tornar-se pai/mãe é entendido como uma escolha pessoal, que não necessita mais de uma união conjugal estável (Cunha, 2007). Se até aos nossos dias, na sociedade portuguesa, a ideia de ter filhos era o objectivo principal da vida em casal. Actualmente, conjugalidade e reprodução já não se sobrepõem de forma tão clara (idem). Passa então a existir uma dissociação entre “sexualidade e casamento, sexualidade e procriação, casamento e fecundidade. Ter um filho deixa de ser um destino biológico a cumprir; é antes uma escolha a fazer, entre outras possíveis, e condicionada à vontade individual” (Almeida et al, 2002: p. 379).

Contudo, a parentalidade tornou-se numa tarefa que exige cada vez mais responsabilidade, o que torna a decisão de ter filhos em algo cada vez mais difícil. Neste sentido, quanto maior é o desejo de proporcionar boas condições aos filhos, mais os pais reflectem sobre a decisão de os ter (Beck e Beck-Gernsheim, 1995). A criança tornou-se um foco de esforço por parte dos pais, sendo importante corrigir o máximo de defeitos que esta possa ter e enaltecer as suas capacidades. Os pais, especialmente a mãe, devem fazer um esforço constante para corresponder às novas exigências. O amor maternal tornou-se algo ditado por peritos, escrito nas revistas científicas e nas revistas populares. Amor os filhos torna-se, assim, num dever para os pais, e, sobretudo, da mãe (idem).

As expectativas são altas e os pais descobrem que nem sempre têm os recursos necessários: dinheiro, paciência, tempo ou energia, de modo que, se é necessário corresponder às exigências impostas por se ter uma criança, estes têm que cortar nas suas próprias necessidades, direitos e interesses, fazendo, frequentemente, sacrifícios consideráveis. Conseqüentemente, existe uma maior pressão na rotina diária de quem cuida da criança, que na maioria dos casos corresponde à mãe. No entanto, como ambos dos pais sentem esta pressão, a sua relação tende a mudar. Começa então a surgir um dilema: quanto maior esforço é colocado sobre a criança, menor é o empenho na relação conjugal. Ora, se a criança é algo enriquecedor, que traz novos papéis para ambos os pais, existe também um mas: a possibilidade de aumento das tensões e a falta de tempo para as resolver. Assim, na relação entre pais e filhos, como na relação conjugal, amor e tensão andam a par, não podendo de deixar de ser vistas em conjunto (idem).

1.4. Permanências e mudanças

Várias pesquisas têm sugerido a existência, desde o início dos anos 80, de uma forte mudança na paternidade, traduzida nas maiores expectativas tidas relativamente a um maior envolvimento dos pais no cuidado das crianças (Wall e Arnold, 2007). Idealmente, os “novos pais” são carinhosos, desenvolvem um relacionamento emocional próximo com os seus filhos, passam mais tempo com estes e partilham os cuidados com as crianças com as mães (idem). Os “novos pais” são considerados tão capazes como as mães nos cuidados a ter com as crianças.

Mas, apesar de existirem indícios de uma maior participação dos homens no cuidado com as crianças, o seu envolvimento neste, especialmente com as crianças mais novas, é ainda uma pequena parte daquele que é efectuado pela mãe. Os motivos apontados para este menor envolvimento dos pais nos cuidados com as crianças prende-se com questões como as políticas sociais existentes, a cultura do mercado de trabalho, a diferença de salários entre homens e mulheres e a persistência dos entendimentos culturais sobre a maternidade e a paternidade (que atribui ao pai o papel principal como ganha-pão e à mãe o papel principal como cuidadora da família); havendo relações complexas entre estes diferentes factores. As representações culturais, simultaneamente, reflectem e moldam os papéis da paternidade, jogando um papel central nas fronteiras daquilo que é considerado como possível ou aceitável. As expectativas culturais

esperam que as mães sejam as principais cuidadoras; “uma realidade que tem ligações directas com as desigualdades de género na família e no local de trabalho” (idem: p. 522).

Assim, num estudo sobre a participação de homens e mulheres no cuidado com os filhos, realizado a partir dos dados do Australian Bureau of Statistics Time Use Survey, de 1997, Caig (2006) conclui as mulheres cuidam de forma mais interactiva das suas crianças, deste modo são mais constrangidas pelos cuidados com as crianças do que os pais. Por seu turno, os pais despendem mais tempo a brincar e a conversar com as crianças do que as mães. As tarefas em que os homens participam tendem a ser mais divertidas. Assim, a autora conclui que o exercício da parentalidade é diferente para mães e pais. O cuidado das crianças parece “pesar” mais sobre as mulheres do que sobre os homens. As mães tendem a ter mais trabalho físico, um horário mais rígido e uma maior responsabilidade nos cuidados com os filhos do que os pais (idem).

No mesmo sentido, mas desta feita para Portugal, o inquérito à ocupação do tempo mostra-nos como, ao nível de acompanhamento das crianças (de as ensinar, jogar, brincar com elas), os homens despendem algum tempo a mais por dia do que as mulheres (INE, 2001). No entanto, são as mulheres que prestam, mais frequentemente, os cuidados regulares das crianças (dar de comer, higiene diária, etc), o acompanhamento da vida escolar (ajuda nos trabalhos de casa, participação nas reuniões da escola, etc.) e, embora, a um menor nível, o acompanhamento das crianças em actividades desportivas, de lazer e entretenimento (idem).

Ora, como temos vindo a referir, nos dias de hoje, a maternidade é enquadrada por representações que privilegiam o papel da mulher e suportam a supremacia da medicina. Deste modo, a exterioridade do homem, relativamente à parentalidade, é reforçada, ao mesmo tempo que um maior envolvimento deste é desejado. As referências associadas aos papéis mais tradicionais das mulheres mantêm-se, enquanto que são exigidas, a homens e mulheres, novas competências (Castelain-Meunier, 2002).

Homens e mulheres permanecem ligados aos seus contextos educativos e a normas culturais diferenciadas, distanciando-se simultaneamente dessas mesmas normas. As mulheres têm que lidar com modelos contraditórios, que lhes pedem para desempenhar o seu papel enquanto mãe, ao mesmo tempo em que é também definida através de outros papéis. As instituições que lidam com a infância tendem a privilegiar o contacto com a mãe e não com o pai. A sociedade tende a fazer coincidir os interesses da mãe com os interesses da criança, impossibilitando desta forma a existência de uma

maior partilha dos deveres educacionais à volta da criança. Se o lugar da mãe é definido naturalmente, tal não acontece com o lugar do pai (idem).

Actualmente, espera-se que os pais participem mais no quotidiano das crianças, que estejam mais presentes, que sejam mais flexíveis. A paternidade é redefinida de acordo com o tipo de ligação que o pai tem com a criança, sendo uma função complexa e ambivalente. Assim, se por um lado a paternidade é definida pela sua exterioridade relativamente ao laço existente entre mãe e filho, por outro é construída através da relação construída entre pais e filhos; embora as mulheres participem cada vez mais no mercado de trabalho, é ainda frequente que o homem seja considerado como o principal responsável pelos rendimentos da família; o papel tradicional do pai não é definido pela sua referência com a esfera privada, mas a maior parte da interacção familiar é lá que acontece; a importância do desenvolvimento de uma consciência paterna ganha uma nova dimensão numa sociedade que dá ainda pouca atenção aos pais (Castelain-Meunier, 2002).

Contudo, tal como acontece para a maternidade, também entre os homens existem “diferentes representações e atitudes perante a paternidade” (Mendes, 2007: p. 9), que variam em função da posição social dos indivíduos. A relação com a actividade, por exemplo, introduz “comportamentos distintos em função da precariedade ou segurança laboral” (idem: p. 10), distinguindo-se duas posições. Uma em que os indivíduos, com inserções socioprofissionais desqualificadas, caracterizadas por laços precários, e com menores rendimentos, passam a trabalhar mais horas após o nascimento dos seus filhos. No sentido inverso, temos uma posição em que os pais, com uma inserção profissional mais estável, detendo maiores recursos económicos e qualificacionais, escolhem desacelerar o seu crescimento profissional, de modo a ter “uma maior disponibilidade temporal, emotiva e psicológica, para a família, e, mais especificamente, para os filhos” (idem).

2. Parentalidades: entre o desejo e a realidade

A parentalidade é assim algo desejado por homens e mulheres, mas cheio de dificuldades e ambivalências. Ao longo da análise das entrevistas procurar-se-á mostrar como ter filhos é, de facto, algo desejado pela maior parte dos entrevistados. A parentalidade é considerada como algo de maravilhoso, algo com que os indivíduos sempre sonharam. No entanto, tanto os homens como as mulheres reconhecem as “dificuldades” que a parentalidade impõe: as responsabilidades, os maiores gastos ao nível financeiro; as preocupações, o aumento de trabalho, os problemas que podem vir do crescimento das crianças...

Pretende-se ainda salientar que, embora pareça haver realmente um incremento da participação dos pais nos cuidados das crianças, na prática, a mãe continua a interferir mais na educação das crianças. Neste sentido, se homens e mulheres tendem a valorizar a parentalidade de igual forma, os entrevistados continuam ainda a atribuir à mulher o papel principal enquanto educadora das crianças – “mãe é mãe”.

2.1. O desejo de ter filhos e a chegada da cegonha: entre o sonho e a realidade

Como foi referido anteriormente, ter filhos é algo que faz parte dos projectos de vida dos indivíduos. Na generalidade, os entrevistados referem que sempre pensaram em ter filhos, que foi algo que sempre desejaram.

“Eu acho que o sonho de toda a rapariga é um dia ser mãe. Não sei se é influência de ver as irmãs e as amigas com filhos... a gente acho que sempre sonha ser mãe.” (Filipa Bento, 56 anos, distribuidora de alimentação personalizada, desempregada, Lisboa)

“Queria ter filhos... Sempre quis ter filhos! Isso era fatal. Tinha que ter, tinha que ser pai! Sempre quis ser pai...” (António Vieira, 57 anos, Agente viagens, Porto)

Consistente com este desejo de ter filhos, é a ideia patente na maioria dos homens e mulheres quando lhes perguntamos o que foi para eles ter filhos, visto que a maioria considera este acontecimento das suas vidas como uma alegria, uma coisa maravilhosa, uma enorme felicidade, algo de muito importante. A centralidade da criança na família e a ideia de realização que esta traz para os pais (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Théry, 1998; A. N. Almeida, 2003; A. N. Almeida, 2003; A. N.

Almeida et all, 2004; Mendes, 2007; Cunha, 2007) está assim patente no discurso dos entrevistados.

“Quando foi o nascimento da primeira, na altura, foi talvez a maior alegria da minha vida.” (César Lourenço, 40 anos, engenheiro informático, analista de sistemas, Porto)

“Uma coisa que eu sempre disse é que só me realizava depois de ter um filho, era uma coisa que eu sempre sonhei em ter. Por isso quando me casei engravidei praticamente depois de um ano de casada, porque não queria estar muito tempo à espera, tinha aquela necessidade de ter um filho [...]” (Carolina Arroiteia, 33 anos, contabilista, técnica oficial de contas, Leiria)

A ideia de ter filhos é, frequentemente, considerada como uma continuidade. Isto é, como um processo natural da vida, associado à ideia de constituir família e deixar descendência. É neste âmbito, e no quadro de uma perspectiva mais tradicional da parentalidade, que muitos dos entrevistados, sobretudo entrevistados com mais de 20 anos de duração de casamento, referem que concebem primeiro o casamento e depois o ter filhos/que não teriam filhos se não fossem casados. Ter filhos decorre, assim, da vida conjunta; é uma consequência do desejo de constituir família.

Ora, se actualmente os indivíduos não necessitam estar casados para ter filhos (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Théry, 1998; A. N. Almeida et all, 2002, 2004; A. N. Almeida, 2003; Cunha, 2007), para uma parte significativa dos entrevistados ter filhos apenas faz sentido dentro do quadro de uma relação conjugal, o que vai de encontro aos resultados encontrados noutras pesquisas (Phoenix e Wollett; 1991 Marshall, 1991; Monteiro, 2005; Almeida et all, 2004).

“Nós os dois sabíamos que queríamos ter filhos, nunca nos passou pela cabeça não ter, mas nunca pensámos muito quando. Foi um processo muito natural” (Margarida Pestana, 48 anos, professora de música, Lisboa)

“A grande finalidade do casamento é ter filhos, exactamente isso.” (Luís Espadinha, 67 anos, professor, Lisboa)

Contudo, existem também entrevistados, para quem a parentalidade não surge associada à conjugalidade. São, sobretudo, mulheres que referem que não se importariam de serem mães/pais solteiras, como se pode ver pelo exemplo de Adriana Neves.

“O que eu acho é que gostava de ter filhos de qualquer maneira, se fosse solteira e tivesse tomado a opção de não casar por algum motivo, teria filhos na mesma, isso não me iria incomodar em nada e se tivesse a vontade que tenho agora isso não me iria incomodar em nada.” (Adriana Neves, 42 anos, enfermeira, Leiria)

Ora, mas se, como vimos anteriormente, a maioria dos entrevistados deseja de facto ter filhos, existem alguns entrevistados, embora minoritários, sobretudo entre as profissionais técnicas e de enquadramento, mais jovens, de Leiria e Lisboa, que não pensavam na ideia de ter filhos ou que só começaram a pensar em ter filhos a partir de determinado momento da vida (a partir de certa idade, após se terem casado). É o receio de ter filhos, a ideia de que não é fácil criar uma criança nos nossos dias ou de que o mundo de hoje não é o melhor, não só para as crianças, mas para os indivíduos no geral, que faz estas mulheres recusar, ainda que não definitivamente, a maternidade. No discurso destas mulheres encontra-se presente a ideia da responsabilidade que é ter filhos nos dias de hoje (Beck e Beck-Gernsheim, 1995). Assim, como refere Monteiro (2005: p. 91), a experiência de ser mãe é, actualmente, “um processo altamente desafiante e exigente, que nem todas as mulheres encaram com facilidade, sem receios, nem como um «mar de rosas»”.

“Não muito, não muito. Eu era assim um bocadinho avessa até a essa ideia. [...] Até aos meus 28, 30 anos, eu tinha uma ideia assim um bocadinho negativa em relação a ter filhos. Aquelas questões existencialistas: pôr mais gente neste mundo para quê? [...] Durante quase toda a minha juventude dizia a pés juntos que não, que não queria.” (Márcia Barbosa, 34 anos, directora técnica lar 3ª idade, Leiria)

Como já foi largamente referido por várias pesquisas, a fecundidade nos diversos países da EU está longe de atingir a renovação das gerações (Almeida e Guerreiro, 1993; Almeida et al., 2002; Torres et al., 2006). As crianças tornaram-se um bem raro e precioso, sendo alvo de diversas políticas de âmbito nacional e europeu. No entanto, em face do aumento dos requisitos encarados como indispensáveis para garantir o bem estar das crianças, expressão clara “da centralidade da criança na sociedade e na família portuguesa e da vontade de promover socialmente os filhos” (Cunha, 2007: p. 351), o ideal de um filho único ou a existência da norma dos dois filhos tornam-se compreensíveis⁵. A parentalidade foi-se tornando, cada vez mais, num processo de tomada de decisões, que passam pela escolha do número de filhos que se pretende ter, da altura certa para ter filhos, mesmo da própria escolha entre ter ou não ter filhos

⁵ Os casais com dois filhos são de facto a maioria entre a generalidade dos entrevistados.

(Cunha, 2007). Simultaneamente, o aumento da escolaridade e a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho implicaram a existência de “novos papéis e de novas fontes de realização pessoal, que vieram redefinir o lugar da maternidade no campo das realizações pessoais (idem: p. 101).

Neste sentido, podemos verificar, tal como Cunha (idem) referiu, que no geral, o nascimento dos filhos, especialmente do primeiro, é planeado. O nascimento do primeiro filho surge essencialmente no momento considerado como o mais adequado: depois do casamento, após a estabilidade profissional.

“Aconteceu na altura em que nós achámos que realmente e estava na hora, profissionalmente estávamos estáveis e só já faltavam os miúdos.” (Adriana Neves, 42 anos, enfermeira, Leiria)

Acontece que nem todos os nascimentos são planeados, o que parece denotar, como nos sugere a mesma autora (2007: p. 340), que “o recurso a uma contraceção moderna como forma de intervir activamente na carreira reprodutiva está longe de ser um dado adquirido na sociedade portuguesa⁶.

O facto de uma gravidez não ser planeada, não significa, contudo, que esta seja indesejada. Assim, para parte dos indivíduos que não planearam o momento do nascimento dos seus filhos, a vinda deste é tomada como uma fonte de felicidade, é algo de que não se arrependem, podendo mesmo ser pensado como uma bênção, como nos diz Renato Barbosa:

“Ter um filho sempre foi, apesar de haver alguma casualidade em ter, tanto na primeira como da segunda relação, na primeira também não foi planeado, mas sempre fiquei feliz por tê-los. Eu sou da ideia, não gosto muito da ideia de planejar filhos, acho que desde que gostemos da outra pessoa temos que esperar que eles ocorram e pronto. [...]. Por isso sempre que veio fiquei extremamente feliz com isso, é como se fosse um acto divino, não é? Alguém superior quis isso para nós, não é? É uma bênção que nos é dada.” (Renato Barbosa, 36 anos, gestor comercial, Leiria)

Por outro lado, existem também os indivíduos para quem o nascimento do primeiro filho, não tendo sido de facto planeado, não ocorreu na melhor altura. É o desejo de ter aproveitado um pouco mais a vida de casado, de organizar melhor a vida,

⁶ Segundo a autora (Cunha, 2007), serão a adopção de práticas contraceptivas mais tradicionais e a utilização menos eficiente dos métodos contraceptivos mais modernos, juntamente com a possibilidade de um desejo inconsciente de uma gravidez e/ou a abertura à possibilidade desta ocorrer que estarão na origem dos nascimentos não planeados. O facto dos nossos entrevistados referirem que aceitam de forma positiva uma gravidez não planeada vai, aliás, de encontro às conclusões de Cunha (idem).

de encontrar um pouco mais de estabilidade a nível profissional e financeiro que leva alguns dos nossos entrevistados a referir que os filhos vieram mais cedo do que o previsto. O nascimento da criança pode, por seu turno, antecipar a existência de uma conjugalidade, que, embora fazendo parte dos projectos dos indivíduos, não estava prevista para aquele momento. Assim, como refere, Monteiro (2005), o adiamento da maternidade, mas também da paternidade, enquadra-se num contexto em que é considerado necessário um determinado conjunto de condições, de ordem familiar, económica e profissional, para que os filhos surjam.

“Eu não queria ter filhos tão cedo... acho que a gente devia aproveitar a vida de casado, passar as férias juntos, ter tempo para nós, que é uma coisa que a gente perde quando tem filhos, portanto acho que é uma mudança muito grande na vida.” (Clarice, 29 anos, psicóloga hospitalar, desempregada, Porto)

“Sempre sonhei ter um filho. Na altura quando se começou a falar em ter filhos eu não fui logo de acordo com a ideia porque na altura eu estava a passar uma altura um bocado difícil e eu sou muito assim: uma coisa de cada vez! [...] Havia a necessidade e o querer ser pai e o saber que naquela altura eu não estava 100% disponível e conseguir dar aquilo que eu queria dar de mim. Pronto, dei o máximo que pude.” (Daniel Fernandes, 31 anos, professor, Lisboa)

Até ao momento vimos como a parentalidade faz parte dos planos da maior parte dos nossos entrevistados. O desejo de ter filhos é algo que está patente no seu discurso. Quando estes surgem de facto, os nossos entrevistados referem, geralmente, a grande alegria que sentiram. Contudo, o nascimento dos filhos acarreta também, para a maioria dos indivíduos, uma alteração da sua vida pessoal e conjugal. Neste sentido, Théry (1998) refere que com o nascimento do primeiro filho, a mulher muda a sua identidade, o casal amoroso dissolve-se no casal parental e o seu destino funde-se no destino comum da família. Assim, como referimos anteriormente, os indivíduos solteiros podem antecipar o início de uma relação conjugal, mas os indivíduos que vivem já em conjugalidade tendem também a sentir profundas transformações.

Deste modo, é referido, especialmente entre os operários e entre os entrevistados com mais de 20 anos de duração de casamento, sobretudo do Porto e de Leiria, que os filhos unem mais o casal, que dão mais sentido ao casamento, que trazem mais harmonia à relação, que mudam a vida do casal para melhor. Neste sentido, casamento e maternidade surgem como complementares, com uma relação de interdependência funcional (Monteiro, 2005).

“É bom. Porque é assim um filho ajuda a muita coisa num casamento, ajuda a superar certas zangas talvez que haja dentro de um casamento. Porque é assim a gente chega a uma altura, só o homem e só a mulher parece que a vida não tem sentido, a casa é oca, não... Agora é assim, vem uma criança há aquele barulho, há o movimento, há aquela atenção para ela [...]”(Carina Barros, 27 anos, auxiliar enfermagem, Leiria)

Entre as mulheres mais jovens e mais qualificadas, de Leiria e Lisboa, é ainda referido que a parentalidade acarreta uma mudança em termos de personalidade. Estas mulheres consideram que ficam menos egoístas, mais maduras, mais responsáveis; como nos diz Paula Antunes, mais “afectuosas”.

“Tornei-me muito mais afectuosa com as crianças, é curioso, é de facto... com as crianças, com a minha mãe, com as mães em geral, eu acho que nós nos modificamos muito, eu acho que a partir da maternidade, aí é que eu acho que há uma mudança na nossa vida, mais do que do casamento, eu acho que a maternidade nos dá uma perspectiva, e o tal amadurecimento, a tal experiência, o tal evoluir e crescer.” (Paula Antunes, 29 anos, advogada, Lisboa)

Existem também entrevistados, embora em menor número, que fazem referência à maior participação do cônjuge nas tarefas domésticas. Com o nascimento da criança e o aumento do trabalho, o homem vê-se assim na obrigação de “ajudar” mais na realização das tarefas domésticas; existe a necessidade de haver uma reorganização do casal.

“Na relação há menos disponibilidade, mas também não sei se é menos se é uma disponibilidade diferente, acho que é diferente. A organização do tempo é que outra. O meu marido passou a cozinhar, ele já cozinava de vez em quando, mas agora é sempre ele que faz o jantar. Mudámos um bocadinho a organização, naturalmente, mas tinha que acontecer, porque tínhamos que nos organizar.” (Teresa, 32 anos, gestora de contactos, Lisboa)

Mas se estas mudanças seguem um sentido mais positivo, outras há que apontam para as perdas que a parentalidade acarreta. Assim, é referida a falta de tempo que os filhos vêm trazer quer para o próprio indivíduo, quer para o casal. Considera-se que existe um “roubo” à relação, no sentido em que o filho passa a ser o centro das atenções, ficando o marido em segundo plano; a relação entre os cônjuges sofre então um certo afastamento.

“Eu acho que os filhos alteram em tudo a vida do casal. Nós tornamo-nos mais egoístas. A partir do momento em que tive o meu filho, o meu marido ficou para segundo plano.” (Margarida Silva, 29, empregada de balcão, Lisboa)

*“Nós não temos aquela intimidade, aquele espaço só dos dois, temos que compartilhar com os filhos [...]. Claro que a relação entre marido e mulher vai-se afastando um bocadinho, por isso é que devia haver mais tempo...”
(Olga Amaro, 34 anos, doméstica, Leiria)*

É também frequente existir uma mudança nas rotinas, uma alteração do ritmo de vida e/ou uma reorganização da vida em casal. A existência da criança tende a implicar uma certa falta de liberdade de acção. Existe menos disponibilidade para os amigos, para as saídas, para as actividades que se gosta de fazer. Fica-se com uma vida mais “presa”.

“É assim perdi um bocado do tempo, para o marido isso perdi e para além disso perdi o tempo que tinha para mim mesma, que também é muito importante, não é? não é só o tempo para os outros, também é o tempo para ti.” (Clarice, 29 anos, psicóloga hospitalar, desempregada, Porto)

Até porque a existência de um filho implica maiores responsabilidades, mais preocupações, trabalho e cansaço, e maior necessidade de pensar no futuro. Como diz Alberto Correia: *“Tivemos que lidar com responsabilidades e preocupações que nunca mais acabam e nas quais nem nunca tínhamos pensado. [...] As coisas são complicadas...” (Alberto Correia, 41anos, empresário, director e sócio de uma leiloaria automóvel, Porto).*

2.2. Da realização às dificuldades: os significados da parentalidade

Como referimos anteriormente, a parentalidade é, nos dias de hoje, considerada como uma fonte de realização pessoal (Beck e Beck-Gernsheim,1995; Cunha, 2007). O resultado de outras pesquisas mostra como ser-se mãe é considerado como algo de muito importante para as mulheres, independentemente da sua idade, escolaridade ou profissão (Almeida et all, 2004; Monteiro). A maternidade começa a fazer parte do “universo feminino de representações numa etapa em que as jovens ensaiam os primeiros namoros ou fazem escolhas escolares decisivas em matéria de futuro profissional” (idem: p. 182). Contudo, esta é encarada como uma escolha e uma decisão, a concretizar após reunidas certas condições de vida. A maternidade é ainda considerada como algo que transforma a mulher, tornando-a mais madura e responsável; uma experiência de tal maneira única, que, frequentemente, não há palavras para a descrever. Esta pode implicar a existência de um vínculo afectivo único e diferente de

todos os outros; permite compreender a experiência das suas próprias mães e dar-lhes o valor que merecem (A. N. Almeida et al., 2004).

Também para os homens a paternidade é considerada como algo muito importante. Mendes (2007), no seu estudo sobre as vivências da paternidade, refere que ser pai tende a representar um aumento de responsabilidade, com implicações na postura perante o trabalho (traduzida em mais ou menos horas de trabalho). Ser um pai perfeito está associado à presença junto à criança, embora alguns entrevistados indiquem o facto de não existirem pais perfeitos. A paternidade leva a um aumento dos contactos com a família de origem e o fortalecimento da relação entre o casal. Actualmente, o nascimento dos filhos implica, tendencialmente, uma maior participação dos pais nos cuidados com as crianças, o que denota um certo esbatimento nos papéis tradicionais de género. No entanto, as instituições públicas relacionadas com as crianças (creches, infantários, colégios, centros de saúde, hospitais...) procuram, sobretudo, as mães como interlocutores privilegiados.

Os resultados encontrados entre os entrevistados estão em consonância com as pesquisas mencionadas. No geral, para os indivíduos, homens e mulheres, ter filhos é considerado algo de maravilhoso, a melhor coisa da vida, uma felicidade, algo que não tem explicação.

“É uma coisa muito especial que não dá para explicar, eu acho que... é assim, sentimos amor por uma pessoa que não é igual ao amor que sentimos pelo marido ou pelo pai ou pela mãe, ou pelas irmãs, não tem nada a ver, percebe? [...] Ter um filho é uma coisa que te dá mais vontade ainda de seres alguém, de seres especial, torna-se especial.” (Estela Ferreira, 31 anos, operária fabril, desempregada, Porto)

Existem mesmo entrevistados que se referem à parentalidade como algo natural, que dá sentido à vida.

“Ser pai é algo de natural. Nós nascemos uns homens e outros mulheres e a natureza, o que espera de nós, é que encontremos o par igual, formemos família, sejamos pais ou mães... e penso que só isso é que dá significado à vida. De resto, a vida pouco mais tem para nos oferecer. Não são os carros, o dinheiro ou as casas que nos preenchem. E vê-se. As pessoas de mais idade dizem que o melhor da vida são os filhos e os netos. É isso que nos preenche o coração.” (César Lourenço, 40 anos, engenheiro informático, analista de sistemas, Porto)

Contudo, como se tem vindo a referir, ser-se pai e mãe não é um mar de rosas (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Monteiro, 2005). No discurso de alguns entrevistados

está patente a existência de dificuldades no exercício da parentalidade: são os maiores encargos ao nível financeiro; o aumento das responsabilidades, do trabalho e das preocupações; são as dificuldades de acompanhar o crescimento e de educar os filhos num mundo em transformação e que impõe cada vez mais estímulos às crianças. A percepção das dificuldades provenientes da parentalidade parece ser maior com o aumento da duração de casamento, especialmente nas profissionais técnicas e de enquadramento, de Lisboa, e nos homens e mulheres, deste sector social, do Porto. Para vários dos entrevistados, especialmente para as mulheres, a parentalidade tende a ser algo de ambivalente. Se, por um lado, é referido que é algo muito bom, logo a seguir, é considerado como algo muito difícil e complexo, mesmo saturante.

“É maravilhoso, é ótimo, ótimo, ótimo, acho que é a melhor coisa que pode acontecer, se bem que tem muito trabalho, é muita responsabilidade, e há dias em que nós chegamos ao final do dia e já não aguento mais, tirem-me o miúdo da minha frente e sobretudo para mim o primeiro ano foi muito complicado, porque ele chorava muito, ele tinha alguns problemas e estava sempre a chorar e de noite e tudo mais, para mim foi um bocado complicado, mas ser mãe é maravilhoso, acho que é a melhor coisa que pode haver”
(Mónica Amaral, 26 anos, socióloga, desempregada, Lisboa)

Entre os entrevistados, sobretudo entre os profissionais técnicos e de enquadramento, entre os 10 e os 20 anos de duração de casamento, do Porto, a responsabilidade que é ser-se pai, o trabalho que acarreta, o medo de falhar, isto é, as dificuldades da paternidade, são referidos frequentemente.

“Isso é uma pergunta muito complicada, nomeadamente, hoje em dia. Ser pai, eu acho que é uma coisa muito difícil. As pessoas normalmente pensam e dizem que ser pai é uma coisa fácil, eu acho que não. Porque, nos dias de hoje, é muito difícil conseguir conciliar toda a informação que chega aos nossos filhos vinda de todas as partes e mais algumas, sobretudo das novas tecnologias [...]. Porque nós cada vez mais estamos embrenhados no nosso trabalho, chegamos a casa sem paciência, porque temos a nossa vida do dia-a-dia extremamente complicada, e depois os filhos requerem muita atenção. Portanto, ser pai é extremamente complicado....” (Ricardo Almeida, 43 anos, patrão pequena empresa calçado, Porto)

Mas ser pai e mãe é também ser amigo/a, acompanhar os filhos, apoiar, procurar compreendê-los, transmitir valores, dar-lhes ferramentas para crescerem, o que tende a ser muito expressivo nas mulheres técnicas e de enquadramento, com mais de 10 e menos de 20 anos de duração de casamento.

“Olhe, eu acho que ser-se mãe... a minha tarefa principal como mãe e a minha preocupação fundamental como mãe é educar, saber educar e saber

educá-los para a vida. Principalmente educar, transmitir-lhes valores, transmitir-lhes as ferramentas, digamos, para eles viverem, para serem uns bons seres humanos, mais do que dar, mais do que a parte material. Essa parte normalmente não me preocupa, preocupa-me mais transmitir-lhes os valores e prepará-los.” (Natália Cunha, 38 anos, médica dentista, Leiria)

As mulheres mais qualificadas de Lisboa podem também referir que ser mãe implica uma certa transformação pessoal, que as torna mais sensíveis, pacientes, que as leva a valorizar mais as suas mães. A ideia de sacrifício está, também, bem presente nos significados da maternidade. Ser mãe, para muitas entrevistadas é fazer tudo pelos filhos. Há uma inversão de prioridade que coloca os filhos em primeiro lugar.

“É deixar de pensar nela própria, ou seja os filhos estão sempre em primeiro lugar independentemente do que aconteça...É o gostar assim sem querer nada em troca. É um sentimento tão forte, tão forte que é difícil de explicar...” (Eva, 31 anos, psicóloga, Lisboa)

Contudo, existem mulheres que, embora possam gostar muito dos seus filhos recusam a ideia de fazer tudo por estes. Neste sentido, é ainda sublinhada a importância de ter uma vida autónoma para lá dos filhos.

“Eu fico muito aflita quando há mães que dizem que por os filhos fazem tudo, eu pela minha filha não faço tudo, faço algumas coisas, dou-lhe a segurança essencial, não a quero ver sofrer, não a quero ver magoada, mas, não faço tudo.” (Conceição Gonçalves, 37 anos, secretária, Porto)

Entre as mulheres operárias é expresso o desejo que os seus filhos não passem pelas mesmas dificuldades pelas quais elas passaram quando eram crianças: *“Para mim a importância de ser mãe? É proteger a minha filha em tudo e dar à minha filha aquilo que eu nunca tive” (Carina Barros, 27 anos, auxiliar enfermagem, Leiria).*

Por seu turno os homens, referem mais que ser pai significa também dar o máximo que puderem aos filhos, acompanha-los, ajuda-los. Eles “devem”, principalmente, procurar reunir condições para dar o melhor possível aos filhos, estar presente para eles, protegê-los.

“Construir... sem dúvida! É dar um exemplo da vida que eles poderão ter um dia mais tarde. Não quero que eles me copiem, mas pretendo ser um bocadinho a reportagem para a vida deles. Da experiência da minha vida eles que retirem o que quiserem. Acho que é importante eles descobrirem-se a si próprios e serem autónomos relativamente a mim. E eu tento dar-lhes as noções de vida básica para que eles possam evoluir, possam escolher. É claro que eu gosto de dar a minha opinião, se eles quiserem ouvir, se não quiserem, eu respeito as decisões deles.” (Paulo Ribeiro, 43 anos, arquitecto paisagista e empresário, Lisboa)

Mas os entrevistados, de Leiria, são unânimes quando dizem que não há pais ou mães ideais. Procura-se fazer o máximo pelos filhos, mas existem sempre erros que se cometem. A parentalidade acaba assim por ser uma aprendizagem constante, que se vai aprendendo com a experiência da vida. Mesmo porque “não há escolas de mães”!

“Não há escolas de mães. Nós cometemos muitos erros, nunca ninguém nos ensinou a mãe tem que ser assim, o pai tem que ser assim [...]. Isto é uma coisa que é complicado ser mãe, mas não há preparação para isto. Ainda tentam às vezes dar uns cursos ou outros, mas não se aprende mais, aprende-se com a vida, com a experiência da vida.” (Júlia Jesus, 44 anos, doméstica, Leiria)

2.3. Pais e filhos no quotidiano

Como referimos anteriormente, existe, nos dias de hoje, um discurso que remete para a valorização de uma maior participação do pai nos cuidados com as crianças. Os próprios pais tendem a referir que desejam passar mais tempo com os seus filhos, contudo, continua a verificar-se que são as mães que mantêm a principal responsabilidade com a educação e os cuidados a prestar às crianças (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; INE, 2001; Castelain-Meunier, 2002; Monteiro, 2005; Craig, 2006; Wall e Arnold, 2007)

Assim, entre os entrevistados, a educação dos filhos está, de um modo geral, a cargo das mães, o que é referido tanto por elas como por eles. Os motivos referidos para que sejam as mães a interferirem mais na educação dos filhos são que: os filhos são pequeninos logo “precisam mais da mãe” (no caso dos entrevistados mais jovens); elas têm mais tempo disponível, preocupam-se mais, estão mais em cima, mais presentes; as mães têm maior capacidade de entrega e de dar amor; têm uma relação mais próxima com os filhos, os filhos conversam mais com a mãe; têm uma sensibilidade maior; a relação mãe/filha é anterior à do pai. Entre as profissionais mais qualificadas, entre os 10 e os 20 anos de duração de casamento, de Lisboa e do Porto, as mães podem mesmo abdicar mais da sua actividade profissional em prole da família.

“Eu sempre tive um bocadinho mais a educação delas sobre a minha alçada porque eu sempre tive um pouco mais de tempo, lá está aquela coisa de carácter feminino que nós conseguimos sempre arranjar mais tempo para determinadas tarefas, portanto acho que sim” (Daniela Correia, 38 anos, supervisora de vendas, Porto, 2 filhas com 2 e 8 anos)

No entanto, sobretudo entre os operários do Porto, é referido que os filhos têm mais respeito ao pai, a quem obedecem mais depressa, e que a mãe mimma mais. Assim, as mães intervirem mais na parte emocional, são mais tolerantes - os desabafos, as confidências dos filhos são sempre com as mães - ao passo que os maridos/pais estão "mais em cima dos filhos", são mais rígidos, impõe o respeito, ditam as regras. A figura paterna é percebida como mais autoritária. Entre as operárias, com mais de 20 anos de duração de casamento, do Porto, é de salientar, então, a existência de uma visão mais tradicional, em que se considera que o homem trás o dinheiro para casa e a mulher educa os filhos.

Eu, por norma, sou mais rígido na educação. As mães, por norma, têm a tendência de tolerar, tolerar, tolerar, e isso faz com que muitas das vezes eles não respeitem tanto a mãe como o pai. Mas eu sou bastante duro na educação... duro e responsável, no sentido de, quando há algo que está errado, eu chamar-lhes à atenção... Sou bastante duro. (Diniz Gouveia, 42 anos, corticeiro, porto, 2 filhos com 5 e 15 anos)

Entre as entrevistadas mais qualificadas, com mais de 20 anos de duração de casamento, do Porto e de Lisboa, há quem considere também que é o pai quem interfere mais. É ao pai que os filhos têm maior respeito; é com este que conversam mais; é a ele que ouvem mais.

“Sim, o meu marido. Porque, pronto acho elas lhe têm mais respeito talvez porque eu lhes facilite mais a vida, a elas agora, e ele não, torna-as mais responsáveis percebe? E portanto acho que interfere um bocado mais nesses aspectos.” (Angelina, 59 anos, assistente administrativa alfândega, Porto, 2 filhas com 25 e 27 anos)

Por outro lado, existem também entrevistadas (casos minoritários), sobretudo entre as operárias, que dizem serem elas quem interferem mais na educação dos filhos, visto que os cônjuges são entendidos como “mansos/moles”. Isto é que impõem menos respeito, dão mais mimos, enquanto que as mães se consideram mais activas, dizem que têm a última palavra, que educam mais.

“Sou eu. Para o meu marido está tudo bem, o meu marido nunca levanta a voz ao meu filho, nunca. Eu nunca vi o meu marido dar uma bofetada ao meu filho. Ele não educa bem o filho. Não ralha quando deve ralhar, não dá uma bofetada quando devia dar, na hora certa. Não, para ele está tudo bem. O meu marido é assim com o meu filho, é um paz de alma.” (Graça Matias, 39 anos, empregada supermercado – cortadora de carnes, Leiria, 1 filho com 9 anos)

Em todos os grupos de duração de casamento, existem, ainda, entrevistados, especialmente entre os profissionais técnicos e de enquadramento, e entre os residentes na região de Lisboa e de Leiria, que referem que ambos interferem na educação dos filhos, mesmo que interfiram de formas diferentes ou em áreas diferentes. Neste sentido, o casal procura partilhar a educação dos filhos: procura de educar a dois, de conversar a dois sobre as decisões a tomar, de respeitar as decisões do outro. É, então, entre os entrevistados mais qualificados que tende a existir uma divisão mais igualitária dos cuidados com os filhos: *“Tanto a mãe como o pai, tentamos dar o nosso melhor para solucionar certos e determinados problemas aos filhos.”* (José Salvador, 37 anos, sócio gerente stand automóvel, Lisboa, 3 filhas com 10, 7 anos e 8 meses)

Entre os profissionais técnicos e de enquadramento, com mais de 20 anos de duração de casamento, de Leiria e Lisboa, é importante salientar o acompanhamento que os pais tinham nas actividades e na educação escolar dos filhos, deixando as mães livres para se dedicarem à realização das tarefas domésticas.

“Em termos dos trabalhos da escola era sempre o pai que ajudava e acompanhava, mas isso tinha a ver com o facto de ele ter mais tempo... era ele que a levava à ginástica... mas acho que de um modo geral partilhávamos as decisões” (Teresa Caixinha, 48 anos, contabilista, Lisboa, 1 filha com 26 anos)

Há ainda algumas referências à importância dos avós na educação dos filhos, especialmente entre os indivíduos mais qualificados da região de Leiria. Assim, quando existe o apoio por parte dos avós, este é reconhecido e considerado como importante para uma melhor articulação entre trabalho e família. Quando esse apoio não existe é considerado como fazendo falta. Ora, na região de Leiria, ao contrário do que acontece para o resto do país, e especialmente para a região da Grande Lisboa (Torres e Silva, 2008)⁷ a grande parte das entrevistadas teve algum apoio no cuidado aos filhos, sobretudo da parte das avós. Foi também significativo, o número de entrevistadas que

⁷ Segundo Torres e Silva (1998), no conjunto do país, as soluções de guarda exteriores à família: as creches, infantários, jardins-de-infância ou ATLS são escolhidas por 37% dos inquiridos, constituindo assim as principais soluções de guarda das crianças, seguidas do recurso às avós (26%) e a outros familiares (10%); de modo que as soluções do tipo familiar aparecem como menos predominantes do que se poderia esperar inicialmente. Esta situação, juntamente com as posições assumidas pelos inquiridos, que se mostram favoráveis à criação destes serviços e equipamentos exteriores à família, e à insuficiência e desequilíbrio da distribuição deste tipo de serviços no nosso país, reafirma a “necessidade de equipamentos sócio-educativos que respondam satisfatoriamente às necessidades das famílias” (Torres et al., 98).

ficou um determinado período de tempo em casa (cerca de um ano) aquando do nascimento dos seus filhos.

“É o seguinte, eu não tenho horários, posso chegar às 7, às 8, ou às 9 horas, os meus filhos têm horários, ela tem horários e acho que há uma ajuda externa que para nós é muito importante, que é dos meus sogros. Com os meus sogros conseguimos mais ou menos conciliar, porque eles têm um horário, portanto, entram às 8 e meia, quando eu posso levo-os eu de manhã, mas à tarde eu não tenho uma hora de chegar [...]” (Leonardo Neves, 45 anos, engenheiro electrotécnico, Leiria, 2 filhos com 13 e 10 anos)

No que diz respeito à existência ou não de conflitos na educação dos filhos, os entrevistados, especialmente as mulheres operárias, referem que as práticas contraditórias, as diferentes maneiras de pensar e/ou as discordâncias levam à existência de (alguns) conflitos. Neste sentido é de sublinhar a referência que algumas operárias, de Lisboa (com menos de 10 anos de duração de casamento) e do Porto (entre os 10 e os 20 anos de duração de casamento) fazem sobre os diferentes métodos de educação. Geralmente, há a ideia de que o pai tende a ser mais duro; tende a existir um maior medo do pai e/ou uma culpabilização da mãe pelas acções dos filhos.

Mas é também frequente os entrevistados dizerem que a não desautorização à frente dos filhos leva a que não existam conflitos/aborrecimentos entre o casal ou a que existam poucos conflitos. Neste sentido, os casais procuram conversar em privado, ouvir a perspectiva do outro, não interferir, não mostrar os conflitos aos filhos e, sobretudo, não entrar em contradição. São geralmente os indivíduos da pequena burguesia intelectual e científica, mas também os operários, das diversas durações de casamento, quem mais defende esta posição.

“Não, porque quando ela está a dar uma ordem, por muito que eu ache que não é correcta, eu não me intrometo entre a mãe e o filho. E vice-versa. Mas há sempre aquela autoridade do pai... embora até seja a mãe que lhe dá mais sapatadas quando ele faz asneiras. Não é o pai!” (Marco Ferreira, 34 anos, motorista, Porto)

Entre os indivíduos mais qualificados, com menos de 10 anos de duração de casamento, podem também existir alguns (pequenos) conflitos, mas estes tendem a ser desvalorizados, na medida em que os entrevistados se referem a eles como coisas supérfluas, que existem de vez em quando, que são pontuais; são originados também pelas diferenças de opinião, mas podem ser pensados como normais no casal. A partir

dos 10 anos de casamento de duração de casamento parece começar a existir uma maior “normalização” dos conflitos; existe a ideia de que é normal para o casal ter conflitos.

“Ai, isso é normal. Eu acho que é. Há sempre qualquer coisa que um não concorda e que o outro acaba por cair na tentação de fazer. Acho que isso é normal que aconteça de vez em quando essas coisas. A menos que um se abstenha, porque é mesmo de todo impossível as pessoas estarem sempre completamente de acordo. Aliás nem acho nada bem que isso aconteça, isso nem é concordar, não pode ser, é só abster-se” (Júlia Jesus, 44 anos, doméstica, Leiria)

Entre os entrevistados com menos de 10 anos de duração de casamento, mais qualificados, da região de Lisboa, o facto das crianças serem ainda pequenas leva-os a referirem que para já não há conflitos. Neste grupo de duração de casamento são os homens a referir mais que não existem conflitos ou que estes são muito raros.

De salientar é ainda os entrevistados que, embora em menor número, nos dizem que os conflitos mudam ao longo do ciclo de vida. Assim, por exemplo, ao princípio podia existir conflitos, mas com o tempo há uma aprendizagem com os erros, de modo que quando um dita a regra o outro não contraria; faz-se referência ao facto de o pai deixar as responsabilidades da educação a cargo da mãe (maior incidência em Lisboa); e/ou a questões relacionadas com o crescimento: com a adolescência; os namoros ou com a escola (maior incidência entre os profissionais técnicos e de enquadramento do Porto).

“Acho que são conflitos à medida que o crescimento se vai dando, as etapas que se vão defrontando não é? Surgiram se calhar quando deviam ter surgido, se calhar alguns até poderiam ter sido evitados da minha parte.” (João Caixinha, 54 anos, bancário, Lisboa)

Relativamente às preocupações que os pais têm na educação dos filhos, o inquérito aos valores, já mencionado anteriormente, mostra como, para Portugal, prevalecem valores de socialização da criança que “privilegiam a conformidade com a ordem estabelecida e o ponto de vista da autoridade do adulto: a criança deve aprender em casa as qualidades e as regras que lhe permitem integrar (e reproduzir) o mundo e as competências sociais dos pais” (A. N. Almeida, 2003: p. 81).

A transmissão de (“bons”) valores/a educação dos vários aspectos da vida: serem pessoas educadas, responsáveis; que obedeçam; o inculcar de ideais; a educação religiosa; os valores e tradição familiar; a aprendizagem de direitos e deveres, do respeito pelo outro; o receio de não conseguirem inculcar valores e/ou que os filhos vão por “maus caminhos” são preocupações transversais à maioria dos entrevistados. Podemos, assim,

ver que esta ideologia de conformidade, tão patente nos ideais de socialização da população portuguesa (A. N. Almeida, 2003), está bastante presente entre os nossos entrevistados, o que aponta para a existência de valores mais tradicionais na educação das crianças.

“Sim. Quero que ela seja uma menina bem comportada e é isso que eu tento fazer, não é? Que não aprenda certas coisas que as pessoas não gostam... que é os palavrões, o falar mal, isso eu não admito... é a educação acima de tudo, sempre. É aquilo que eu tento lhe dar. Sempre muita educação e para ela ser sempre bem comportada!” (João Martins, montador de ar condicionado, Porto)

“Preocupo-me muito! que eu hoje consiga transmitir ao meu filho coisas que eu considero essenciais no desenvolvimento de um ser humano, princípios que eu acho fundamentais, a verdade, a honestidade e coisas muito importantes que são muito relevantes para mim, que foram relevantes para a minha vida e que me vão pautar sempre...” (Paula Antunes, 29 anos, web-designer, Lisboa)

As preocupações com o futuro das crianças, sendo também elas transversais à maior parte dos entrevistados (embora com um pouco mais de incidência em Leiria e Lisboa), remetem essencialmente para aquilo em que os filhos se vão tornar, para a escola, para o desejo que estes cresçam de forma saudável, que tenham um bom relacionamento com os outros, que estejam bem encaminhados; que aprendam a ser autónomos e independentes, que sejam felizes e que consigam lutar por aquilo que desejam. A partir dos 10 anos de duração de casamento, homens e mulheres, residentes na região do Porto e de Leiria, começam a referir uma maior preocupação pela capacidade que os filhos têm em definir o seu futuro, em ganharem a sua vida; com o seu futuro profissional.

“O futuro deles a nível profissional. Porque os pais esforçam-se tanto para dar uma educação e um curso aos filhos que realmente isto não tem avanço quanto ao profissionalismo deles, porque as pessoas tiram cursos, andam anos na universidade e os pais a esforçarem-se, para pagar quartos e transportes e os livros são um preço enormíssimo e depois eles ficam em casa sem trabalho, sem oferta de trabalho.” (Adélia Bandeira, 41 anos, proprietária de minimercado, Leiria)

Outras preocupações são mais específicas à posição social dos indivíduos. Assim, entre os aspectos que mais preocupam as mulheres, sobretudo as operárias e as residentes na região de Leiria, com menos de 10 anos de duração de casamento, encontram-se o não estar presente para os filhos, a necessidade de protegê-los ao máximo, a sua segurança e as pessoas com quem ficam estar alerta para o que for preciso. Está aqui muito presente o medo que aconteça alguma coisa de mal às crianças.

“O resto da educação não me preocupa, preocupa-me se calhar não a perder de vista para a não a roubarem, sei lá? Esses pequenos acidentes que a gente vê por aí nas outras crianças, violadas e maltratadas. Se calhar aquilo que me preocupa mais em relação à educação dela, se calhar é isso, é protegê-la o máximo. [...]”(Carina Barros, 27 anos, auxiliar enfermagem, Leiria)

A educação escolar dos filhos é uma preocupação muito presente entre os entrevistados, sobretudo entre os mais qualificados, mas também entre os operários.

“Há. Nomeadamente a nível talvez da forma como nós fomos educados, tanto eu como a mãe. Por termos tirado um curso superior pretendemos que eles também o façam, independentemente da opção que façam de vida ou de curso, que consigam ter uma educação também e habilitações no sentido de também conseguirem tirar um curso superior ou tentar de forma que a colocação deles ou a profissão deles na vida lhes permite uma profissão mais bem remunerada e que possam ter melhores condições de trabalho.” (Leonardo Neves, 45 anos, engenheiro electrotécnico, Leiria)

Entre os entrevistados com mais de 10 anos de duração de casamento estão também muito presentes várias preocupações relacionadas com a adolescência. São as saídas à noite; as amizades, as “más companhias”; os “maus caminhos”, a droga, o tabaco, os perigos que podem encontrar; os namoros, as relações sexuais, a possibilidade de uma gravidez; a educação sexual das raparigas; o controlo da “liberdade” dos filhos que preocupam estes pais.

“A adolescência assusta-me um bocadinho, drogas, mas acho que desde que haja um bocadinho de controle...depende da educação que os pais dão, mas não só, dos meios....assusta-me um bocadinho...ele também se preocupa bastante... eu acho que a adolescência deve ser um período tramado. Nós também já os passámos...sim quando a minha filha me aparecer com um namorado não sei se vou gostar muito, já os tive, mas quando se está do outro lado, muita coisa muda...e se calhar agora compreendemos melhor os nossos pais” (Luísa, 36 anos, professora do ensino especial, Lisboa).

Considerações finais

Ao longo do artigo procurou mostrar-se que os filhos são, hoje em dia, centrais para a realização pessoal de homens e mulheres. Estes desejam, de facto, serem pais e mães, e quando os filhos surgem tendem a referir a enorme satisfação que foi para eles o seu nascimento. No entanto, os indivíduos não deixam de se referir às dificuldades que a parentalidade acarreta. Neste sentido, o nascimento dos filhos implica, geralmente, um corte na relação conjugal, uma perda de tempo para si, para o cônjuge e para o lazer; os horários são, frequentemente, reestruturados; aumentam as responsabilidades, a preocupação e o cansaço.

Ora, os entrevistados tendem a reconhecer estas dificuldades. Homens e mulheres expressam muitas vezes um sentimento de ambiguidade relativamente à parentalidade. Assim, se por um lado consideram que a maternidade/paternidade é algo de maravilha, inexplicável, por outro lado, dizem que é uma tarefa bastante complexa. Deste modo será importante reconhecer que a parentalidade, ao invés de ser algo natural e instintivo, é uma construção social e historicamente situada, que tem que ser apreendida pelos novos pais e mães.

Outra das questões sobre a qual se procurou reflectir prende-se com as transformações da família, especialmente no que toca à questão da existência de uma nova valorização de um pai mais presente e empenhado. Viu-se, assim, que na maioria dos casos são as mães que mais interfere na educação dos filhos, embora entre alguns casais, sobretudo, os mais qualificados, existe uma partilha na educação das crianças. No sentido oposto, viu-se, também, que é, especialmente, entre os operários e os indivíduos residentes no Porto, que os pais tendem a ser mais rígidos e autoritários, o que parece apontar para uma vivência mais tradicional da paternidade nestes sectores de actividade e nesta região do país.

Outras conclusões a salientar relacionam-se com o facto de existirem alguns conflitos na educação dos filhos, mas que se tentam minimizar, nomeadamente nos sectores mais qualificados, com uma conversa e com a tentativa de não desautorização à frente destes; e com o facto dos nossos entrevistados se preocuparem, geralmente, com questões relacionadas com a transmissão de valores, com a sua educação, com o período específico da adolescência e com as questões relacionadas com o futuro dos filhos.

Embora não se possam extrapolar os resultados das entrevistas para toda a população portuguesa, os discursos dos entrevistados apontam para a importância de

compreender as dinâmicas da parentalidade, visto que esta se configura como uma dimensão central e omnipresente na vida dos indivíduos, com implicações na sua identidade pessoal, na relação conjugal, na articulação com o trabalho e com outras áreas de actividade, como o lazer. Acresce ainda que o modelo de parentalidade ideal pode ter implicações negativas para quem tenha outras formas de viver e representar a parentalidade. Deste modo, torna-se necessário desconstruir os valores associados à maternidade e à paternidade. Seria assim importante procurar perceber de forma mais aprofundada quais os “desafios” da parentalidade relativamente às diferentes fases do crescimento dos filhos e como é que os novos valores da família e as novas exigências que se impõem às mães, mas também aos pais, são vividos e representados por homens e mulheres. À luz de todas as transformações ocorridas ao nível da família, do mercado de trabalho, dos novos valores e dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos, que têm implicações fortes ao nível da reprodução e da vivência da parentalidade, torna-se proeminente reflectir sobre as mudanças e continuidades da parentalidade.

Bibliografia

Almeida, A. N. (2003) “Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis” in Jorge Vala, Manuel V. Cabral e Alice Ramos (Org.) *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, ICS, Lisboa

Almeida, A. N. e Guerreiro, M. D. (1993) “A Família” in França et al (coord.) *Portugal, valores europeus e identidade cultural*, ICS, Lisboa

Almeida, Ana Nunes et al (1995) *Os padrões de fecundidade em Portugal*, Cadernos de Condição Feminina, Comissão Para a Igualdade dos Direitos da Mulher, Lisboa

Almeida, Ana Nunes, André, Isabel, Lalanda, Piedade (2002) “Novos padrões e outros cenários em Portugal” in *Análise Social*, vol. XXXVII (163), pp. 371-409

Almeida, Ana Nunes; Vilar, Duarte; André, Isabel; Lalanda, Piedade (2004) *Fecundidade e Contracepção*, ICS, Lisboa

Beck, Ulrich; Beck-Gernsheim, Elizabeth (1995) *The normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity press

Castelain-Meunier, Christine (2002) “The place of fatherhood and the parental role: tensions, ambivalence and contradictions”, *Current Sociology*, Vol. 50(2): 185-201, Sage publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi

Craig, Lyn (2006) “Does father care mean fathers share? A comparison of how mothers and fathers in intact families spend time with children” in *Gender & Society*, Vol. 20 N.º 2, pp. 259-281

Cunha, Vanessa (2007) *O lugar dos filhos. Ideais, práticas e significados*, ICS, Lisboa

Ferreira, Victor; Fernandes, Ana; Vieira, Jorge; Puga Pedro; Barrisco, Susana (2006) *A condição juvenil portuguesa na viragem do milénio. Um retrato longitudinal através de fontes estatísticas oficiais: 1990-2005*, IPJ

INE (2006) *Indicadores sociais – 2005*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Marshal, H. (1991) “A construção social da maternidade: Uma análise dos manuais de parentalidade e de cuidados infantis” in (ed.) Phoenix., A., Woollett, A. e Lloyd, E. *Motherhood: Meanings, practice and ideologies*, Sage Publications, pp. 66-85

Mendes, Rita (2007) “A parentalidade experimentada no masculino: as vivências da paternidade”, *CIES e-Working Paper*, N.º 22/2007

Monteiro, Rosa (2005) *O que dizem as mães. Mulheres trabalhadoras e suas experiências*, Quarteto, Coimbra

Saraceno, Chiara (1997) *Sociologia da Família*, Editorial Estampa, Lisboa

Segalen, Martine (1999) *Sociologia da Família*, Terramar, Lisboa

Singly, François de, (1996) *Le soi, le couple e la famille*, Essais & Recherches – Nathan, Paris

Torres, Anália; Silva, Francisco (1998) “Guarda das crianças e Divisão do Trabalho Entre Homens e Mulheres” in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 28, pp. 9-65

Torres, Anália; Mendes, Rita; Lapa, Tiago (2006) “Família na Europa” in Jorge Vala e Anália Torres (org.), *Atitudes Sociais dos Portugueses 6. Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, ICS, Lisboa

Torres, Anália (2004) *Vida familiar e Trabalho*, Celta, Oeiras

Théry, Irène (1998) *Couple, Filiation Et Parenté Aujourd’hui. Le Droit Face Aux Mutations De La Famille Et De La Vie Privée*, Editions Odile Jacob, Paris

Wall, Glenda; Arnold, Stephanie (2007) “How involved is involved fathering? An exploration of the contemporary culture of fatherhood”, *Gender & Society*, Vol. 21, N.º 4, pp. 508-527